



RESUMO PARA OS CIDADÃOS

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2022 DO PO SEUR

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, EIXOS PRIORITÁRIOS E FINANCIAMENTO DISPONÍVEL

O PO SEUR, aprovado por decisão da Comissão Europeia (COM) a 16 de dezembro de 2014, é um instrumento da Estratégia Europa 2020 para o domínio da Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos, agregador de 2.203 milhões de euros de financiamento comunitário de Fundo de Coesão (FC). A sua intervenção abrange a totalidade do território nacional.

A estratégia preconizada para este Programa Operacional traduz uma perspetiva multidimensional da sustentabilidade, assente em três pilares estratégicos:

OT 4 Eixo Prioritário 1 - Economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores

737 milhões de euros de Fundo de Coesão

OT 5 - Eixo Prioritário 2 - Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos

428 milhões de euros de Fundo de Coesão

OT 6 - Eixo Prioritário 3 - Proteção do ambiente e uso eficiente de recursos

993 milhões de euros de Fundo de Coesão

Estes pilares estratégicos, operacionalizados nos três eixos de atuação do PO SEUR, correspondem aos Objetivos Temáticos do domínio da Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos (SEUR), contratualizados entre Portugal e a União Europeia através do Acordo de Parceria designado “Portugal 2020”. Este Acordo espelha assim a estratégia nacional para o atual período de aplicação dos Fundos da União Europeia (2014 e 2020), com execução até 2023.

O PO SEUR inclui ainda o Eixo Prioritário 4, “Assistência Técnica”, que se destina a financiar a realização das atividades inerentes ao desenvolvimento das competências e tarefas de

gestão e controle e de divulgação do Programa e dos apoios atribuídos e resultados atingidos,

Cada Objetivo Temático (OT) desdobra-se em Prioridades de Investimento (PI) e Objetivos Específicos (OE), que têm associados indicadores de realização física e financeira, cujo desempenho intermédio foi avaliado com base nos objetivos e metas definidos para 31-dez-2018, os quais foram atingidos, o que permitiu a atribuição da Reserva de Desempenho correspondente a 6% da dotação de cada Eixo Prioritário, confirmada através de Decisão C(2019) 6116, de 13 de agosto), bem como indicadores de resultado dos apoios comunitários nas políticas públicas que financiam, com metas traçadas para 2023.

Em 2016, foram aprovados pela COM, através da Decisão C (2016) 5476, de 22.08.2016, ajustamentos ao Eixo 2 do POSEUR, para permitir o alargamento das tipologias de operações elegíveis no âmbito territorial da Região Autónoma da Madeira (RAM), no que se refere à PI 5.2 relativa à Prevenção e Gestão de Riscos de Catástrofes. Em 2017, através da Decisão C(2017)7088, de 17 de outubro, foram aprovados ajustamentos ao Eixo 1 do POSEUR, para permitir a forma de apoio não reembolsável e alterar condições de elegibilidade da PI 4.3, relativa à Eficiência Energética nos edifícios da Administração Central. Em 2018, através da Decisão C(2018)8379, de 5 de dezembro, a Comissão Europeia aprovou a reprogramação do POSEUR, enquadrada na reprogramação global do Portugal 2020, com o objetivo de reforço do alinhamento estratégico com o Plano Nacional de Reformas e da concentração dos apoios, para a eficácia das políticas públicas. Em 2020, através da Decisão C(2020)6256, de 9 de setembro, a Comissão Europeia aprovou nova reprogramação no contexto da crise pandémica COVID-19, detacando-se a redução da dotação FC do POSEUR em 50 milhões de euros, para reforço do Programa Operacional Capital Humano (POCH), destinado ao Programa Digitalização para as Escolas.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Em 2022 foram abertos 4 Avisos que disponibilizaram 41 M€ de FC, dos quais 34 M€ em overbooking condicionado para compensar possíveis quebras de execução no encerramento das operações.

No final do ano, a taxa de compromisso da dotação de Fundo de Coesão (FC) do PO SEUR situou-se nos 105%, encontrando-se o PO atualmente na situação de overbooking, fruto dos 208 avisos lançados desde o início do Programa, no âmbito dos quais foram aprovadas 2.060 operações.

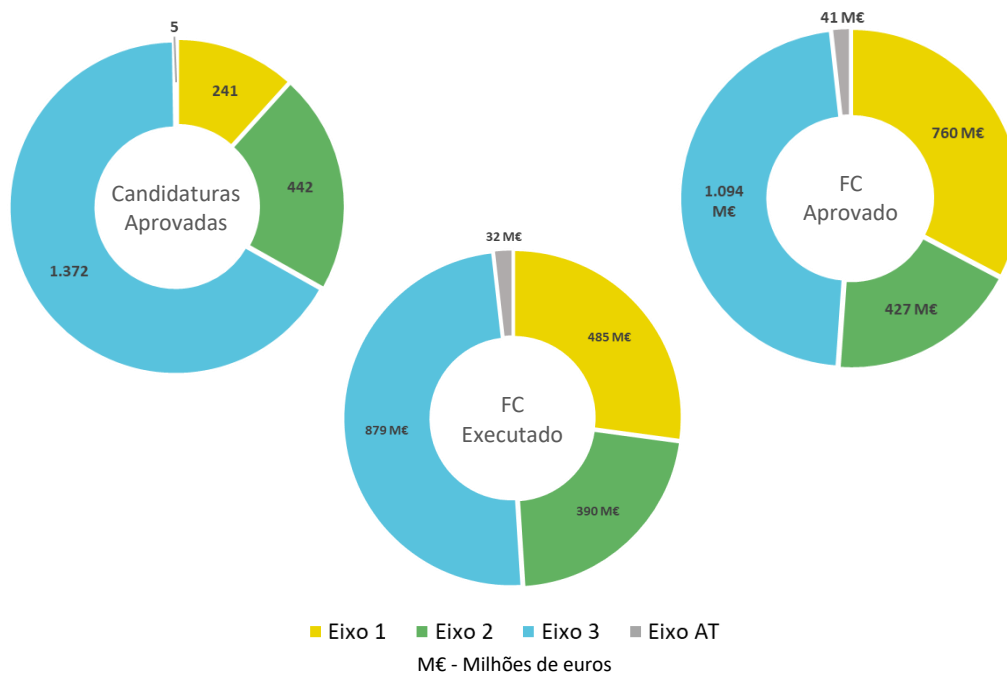
A taxa de execução financeira situou-se, no final de 2022, nos 81%, evidenciando um progresso significativo, quando comparada com a situação de 2021 (62%).

Globalmente, verifica-se uma evolução positiva em 2022, decorrente do avanço da implementação das operações no terreno, que permitiu a melhoria do desempenho de todos os Eixos.

Onde chegámos no final de 2022

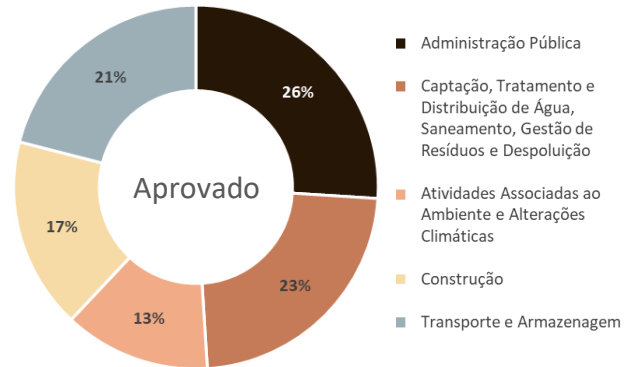
208	Avisos lançados	2.544 M€	Dotação de Fundo de Coesão Disponibilizada
3.258	Candidaturas Apresentadas	3.176 M€	Fundo de Coesão Solicitado
2.060	Candidaturas Aprovadas	2.323 M€	Fundo de Coesão Aprovado
105%	Taxa de Compromisso (FC)	1.786 M€	Fundo Executado
81%	Taxa de Execução (FC)	1.687 M€	Pagamentos aos beneficiários

No final de 2022, a repartição do nº de candidaturas e de Fundo de Coesão aprovado e executado por Eixo era a seguinte:

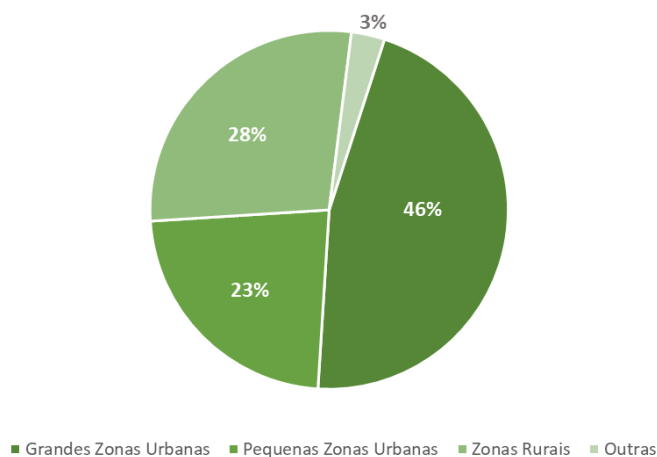


Na dimensão económica associada às operações aprovadas, verifica-se a seguinte distribuição no que respeita à aprovação, sendo que a administração pública a mais relevante, dada a natureza das entidades beneficiárias do PO.

Dimensão Económica



Distribuição por Tipo de Território

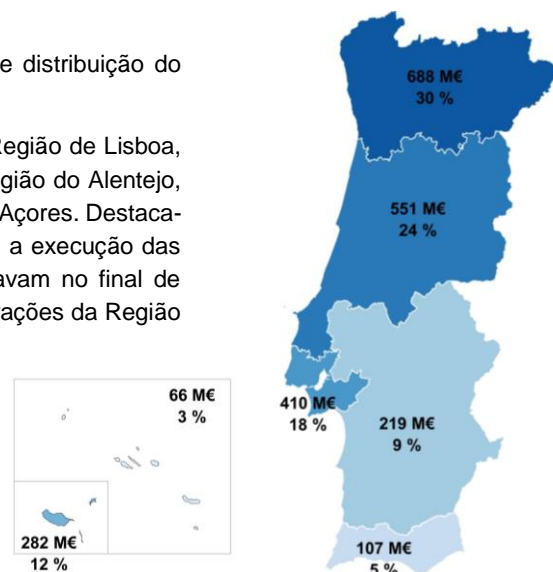


Considerando a distribuição por tipo de território, destaca-se o investimento em grandes zonas urbanas (46%), a que se segue o conjunto dos investimentos que incidem em zonas rurais e em pequenas zonas urbanas, com cerca de 51% dos investimentos apoiados.

Quanto à localização por NUTS II, verifica-se a seguinte distribuição do fundo comprometido com operações aprovadas:

30% na Região Norte, 24% na Região Centro, 18% na Região de Lisboa, 12% na Região Autónoma da Madeira (RAM), 9% na Região do Alentejo, 5% na Região do Algarve e 3% na Região Autónoma dos Açores. Destaca-se, pelo avanço no grau de implementação dos projetos, a execução das operações localizadas na Região Norte, que representavam no final de 2022, 29% do fundo executado, logo seguidas pelas operações da Região Centro (23%).

Distribuição Regional do Fundo Comprometido



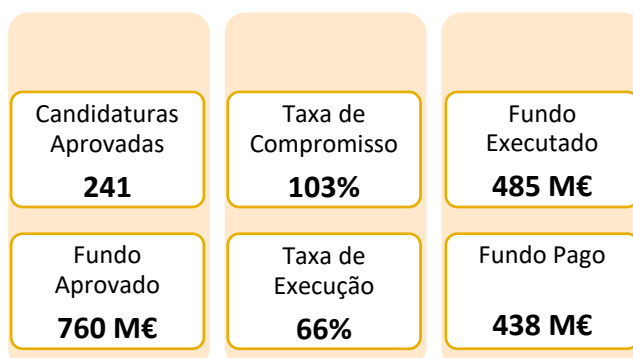
NÚMEROS E RESULTADOS ALCANÇADOS, POR EIXO

EIXO 1 - Economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores

No final de 2022 encontrava-se comprometido com operações aprovadas um total de 760 M€ de FC (103% da dotação do Eixo 1), correspondente a 947 M€ de custo total elegível.



O montante acumulado de FC executado atingiu os 485 M€ para um custo elegível executado de 548 M€. A taxa de execução no final de 2022 (66%) revela uma significativa melhoria face a 2020 (39%), mas evidencia ainda um nível de implementação relativamente baixo, resultante de atrasos de execução, principalmente, nas operações relativas à Eficiência Energética na Administração Central e às Infraestruturas de Transporte.

Verifica-se já uma evolução bastante positiva nas quantidades contratadas dos indicadores de realização, embora com uma execução ainda não muito expressiva, consistente com o nível de implementação ainda relativamente baixo deste Eixo.

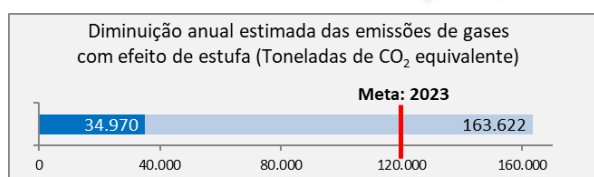


Extensão do Metro do Porto: Linha Amarela (Santo Ovídio - Vila D'Este)
Beneficiário: Metro do Porto, S.A.

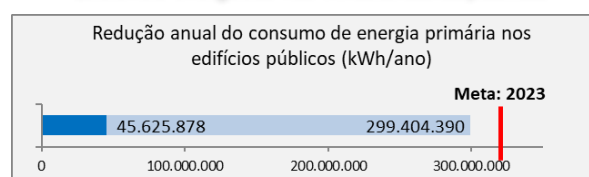
Apresenta-se nos gráficos seguintes, o grau de aproximação às metas fixadas para os indicadores do Programa que se consideram mais relevantes, nos vários domínios:

Legenda:
 Contratado
 Executado

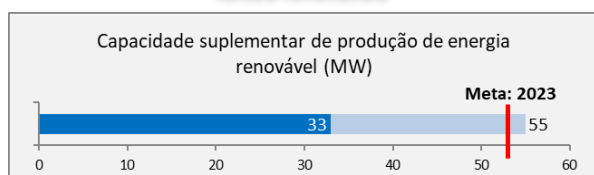
Indicador comum às áreas de intervenção do Eixo 1



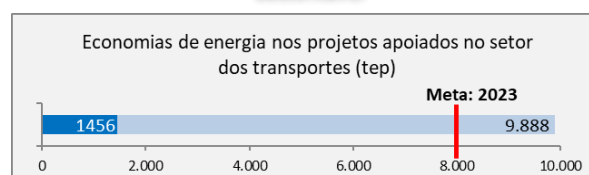
Eficiência energética nas infraestruturas públicas



Produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis



Promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável



EIXO 2 - Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos

No final de 2022, encontravam-se aprovadas 442 operações, com um custo total elegível de 493 M€ e uma dotação de FC de 427 M€ (100% da dotação do Eixo 2).

A execução financeira acumulada do Eixo 2 no final de 2022 correspondia a um custo total elegível de 435 M€ e a um montante total de FC de 390 M€ (91%). O total de pagamentos de FC aos beneficiários ascendeu a 378 M€.

O nível de implementação deste Eixo manteve um bom ritmo em 2022, com destaque para os domínios da prevenção de incêndios florestais e adaptação às alterações climáticas, existindo já contributos relevantes das intervenções concretizadas para a execução dos indicadores de realização.

Candidaturas Aprovadas 442	Taxa de Compromisso 100%	Fundo Executado 390 M€
Fundo Aprovado 427 M€	Taxa de Execução 91%	Fundo Pago 378 M€

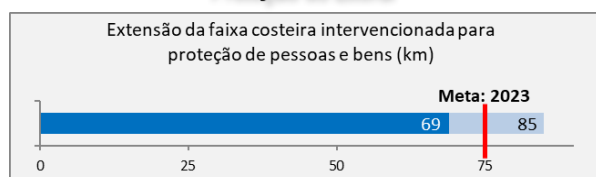


Proteção e Reabilitação de Sistemas Costeiros Naturais em Caminha e Viana do Castelo
Beneficiário: Polis Litoral Norte

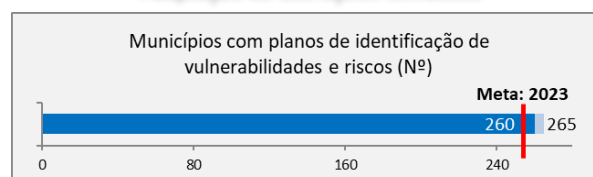
Apresenta-se nos gráficos seguintes, o grau de aproximação às metas fixadas para os indicadores do Programa que se consideram mais relevantes, nos vários domínios:

Legenda:
■ Contratado
■ Executado

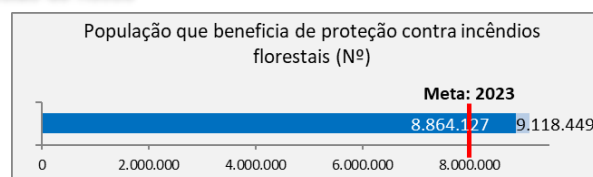
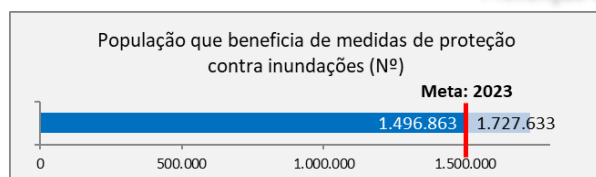
Proteção do Litoral



Adaptação às alterações climáticas



Prevenção e gestão de riscos



EIXO 3 - Proteção do ambiente e uso eficiente de recursos

No final do ano de 2022, encontravam-se aprovadas 1.372 operações, com um custo total elegível de 1.335 M€ e 1.094 M€ de FC atribuído (110% da dotação do Eixo 3). A execução financeira no final de 2022 correspondeu a um custo total elegível de 1.011 M€ e a um total de FC de 879 M€ (89%), tendo o total de FC pago aos beneficiários sido de 839 M€. Para esta execução, muito contribuíram os projetos do Ciclo Urbano da Água e da Valorização de Resíduos.

Os indicadores de realização das operações aprovadas apresentam uma evolução bastante positiva, tendo-se verificado uma aceleração da execução face a 2021, com contributos relevantes das operações já concluídas.

Candidaturas Aprovadas 1.372	Taxa de Compromisso 110%	Fundo Executado 879 M€
Fundo Aprovado 1.094 M€	Taxa de Execução 89%	Fundo Pago 839 M€



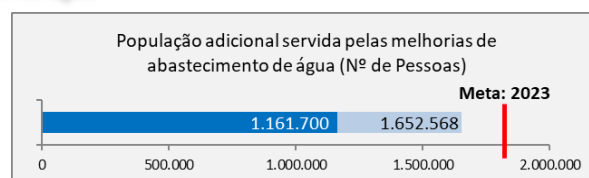
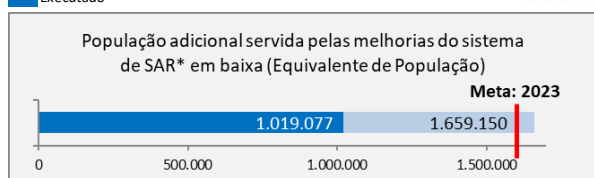
Proteção e Conservação de Habitats Naturais Protegidos na Mata Nacional do Gerês
Beneficiário: ICNF

Apresenta-se nos gráficos seguintes, o grau de aproximação às metas fixadas para os indicadores do Programa que se consideram mais relevantes, nos vários domínios:

Legenda:

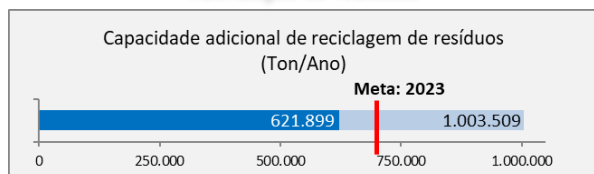
Contratado
Executado

Ciclo urbano da água

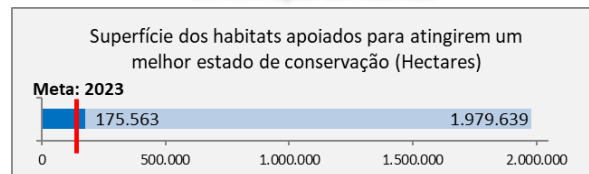


*SAR - Saneamento de Águas Residuais

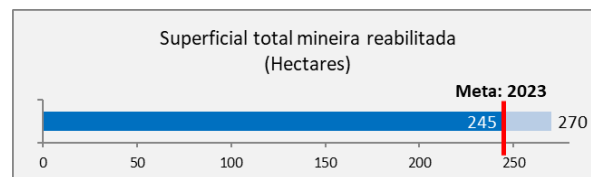
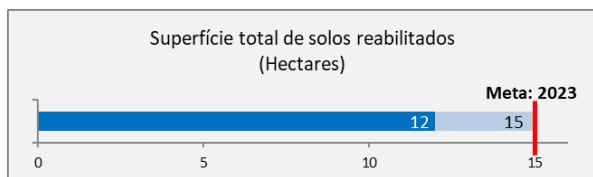
Valorização de resíduos



Conservação da natureza



Recuperação de passivos ambientais

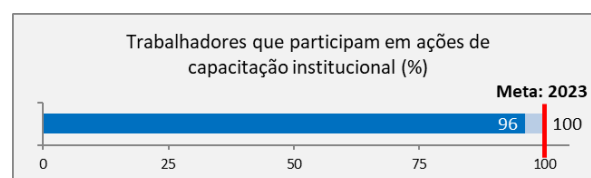
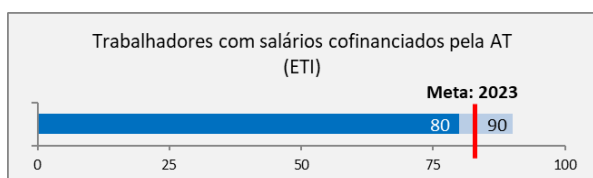
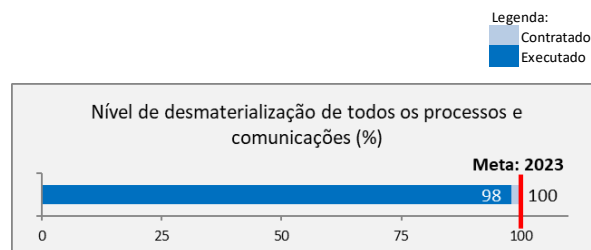


EIXO 4 – Assistência técnica

O custo total elegível e fundo aprovado para as operações do Eixo 4 é de 48 M€ e de 41 M€, respetivamente, estando executados 38 M€ de despesa elegível e 32 M€ de Fundo. Estão pagos 33 M€ às entidades beneficiárias.

Também neste eixo, as operações aprovadas até final de 2022 contribuem expressivamente para os indicadores específicos do Programa, existindo já, no que respeita à execução de todos os indicadores, um grande contributo das operações parcialmente executadas.

Candidaturas Aprovadas	Taxa de Compromisso	Fundo Executado
5	91%	32 M€
Fundo Aprovado	Taxa de execução	Fundo Pago
41 M€	79%	33 M€



GRANDES PROJETOS

O ano de 2022 ficou marcado pela aceleração da execução dos Grandes Projetos, que resulta da implementação efetiva no terreno das empreitadas mais relevantes para o avanço destes projetos.

O GP Ampliação da Hidroelétrica da Calheta encontra-se concluído e em fase de exploração. Em fase de construção avançada encontra-se a Extensão do Metro do Porto: Linha Amarela (Santo Ovídio - Vila d'Este).

Todos os restantes GP encontram-se em construção, nomeadamente: a Expansão do Sistema do Metropolitano de Lisboa, a Extensão do Metro do Porto: Linha Rosa (Casa da Música - São Bento), a

Modernização da Linha Ferroviária de Cascais, o Sistema de Mobilidade do Mondego e o Sistema Integrado de Tratamento, Valorização e Destino Final dos Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel.

Para adequar os montantes aprovados às condições de execução procedeu-se ao reforço do FC aprovado para os GP da Metro do Porto, melhorando as suas condições de execução, que são da responsabilidade de uma empresa pública com grandes limitações orçamentais decorrentes da crise pandémica e inflacionista.

A espiral inflacionista que se tem vindo a verificar na sequência da crise pandémica e do conflito na

Ucrânia, bem como os atrasos que as empreitadas sofreram pela disrupção das cadeias de abastecimento e da dificuldade na disponibilidade de recursos humanos, conduziram a ajustamentos nos cronogramas de execução destes projetos

A AG do POSEUR acompanha de forma sistemática e regular a concretização do planeamento e da execução física e financeira dos GP, permitindo antecipar alguns contrangimentos e soluções concertadas para serem ultrapassados as principais dificuldades na concretização destes investimentos.

PRINCIPAIS PROBLEMAS E MEDIDAS ADOTADAS

A AG POSEUR tem vindo a adotar as medidas ao seu alcance para melhorar a implementação do Eixo 1 (OT4), no entanto, há que salientar as dificuldades e riscos ainda decorrentes da pandemia COVID19 e mais recentemente das tensões inflacionistas, agravadas em 2022 pela situação de conflito armado na Ucrânia.

A disrupção das cadeias globais de abastecimento, com falhas no fornecimento/distribuição, incluindo de equipamentos/componentes eletrónicos e de matérias-primas, gerando perturbações significativas na generalidade dos projetos, em especial dos que implicam construção e/ou que requerem equipamentos ou componentes eletrónicos, afetou muito a capacidade de execução das entidades beneficiárias. Acresce que aquelas disrupções e subsequente espiral inflacionista global resultaram num aumento exponencial dos custos de investimento dos projetos.

Para fazer frente ao contexto adverso e melhorar as condições de execução das operações por parte dos beneficiários, abrangendo também os do Eixo 1, foi aplicado um financiamento a 100% dos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários em 2022 até 95% do FC aprovado nas operações. Esta medida traduziu-se numa antecipação temporal do financiamento comunitário atribuído às operações ainda não encerradas, permitindo reduzir o esforço de mobilização da contrapartida nacional no ano de 2022 por parte das entidades beneficiárias.

As medidas adotadas permitiram que o Eixo 1 do POSEUR encerrasse o ano de 2022 com uma taxa de compromisso de 103% e uma taxa de execução de 66%, o que evidencia um avanço significativo face à situação no final de 2021 (39%).

A Autoridade de Gestão prosseguiu os seus esforços para atenuar as dificuldades das entidades

beneficiárias, nomeadamente: em matérias relacionadas com a sua capacidade administrativa e financeira promovendo, por exemplo, sessões de esclarecimento destinadas aos beneficiários e a obtenção de autorizações orçamentais exigidas para a realização de investimentos, de modo a contribuir para a libertação de bloqueios que têm condicionado a normal execução dos projetos, procurando assim ultrapassar os atrasos verificados. A título de exemplo, no âmbito da Eficiência Energética na Administração Central verificou-se um forte crescimento da execução, que passou de 71 M€ até 2021, para 101 M€ em 2022 (a taxa de execução passou de 44% para 63% em 2022).

O POSEUR manteve em 2022 uma interação intensa com as principais entidades beneficiárias e reforçou os procedimentos de monitorização da viabilidade de execução das operações, tendo sido canceladas as operações que não evidenciaram capacidade de execução e de conclusão dentro do período de programação.

Manteve-se em 2022, a necessidade de ajustamentos constantes às operações, consequência da conjuntura internacional, que aumentou as dificuldades inerentes à contratação pública (concursos que ficaram desertos ou suspensos devido à litigância entre os concorrentes) e atrasos na execução dos contratos, que originam reprogramações temporais, materiais e financeiras (1400 reprogramações submetidas em 2022).

No que respeita à estratégia e às medidas antifraude, o sistema de gestão e de controlo do POSEUR contempla a necessidade de assegurar a prevenção, deteção e correção de irregularidades, incluindo fraudes e outros riscos que condicionem significativamente o regular desempenho do PO. Com base no modelo de gestão de risco implementado, encontram-se identificados os riscos a que a atividade

da AG se encontra sujeita e, concomitantemente, os procedimentos decorrentes das medidas de mitigação adotadas. A definição dos Planos de Verificações no Local, tem em conta os fatores de risco identificados, visando a permanente

monitorização da respetiva mitigação, permitindo uma abordagem dinâmica da avaliação dos riscos que recaem sobre o PO.